



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FUNDO SETORIAL DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E CONSTRUÇÃO NAVAL
CT- TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO NAVAL**

Ata da 1ª Reunião do Comitê Gestor

Reunião de Instauração

Local: Agência Espacial Brasileira – AEB, Brasília-DF.

Horário: 14 às 17:30 horas.

Data: 7 de junho de 2005.

Membros do Comitê Gestor presentes:

Eugenius Kaszkurewicz – representante do Ministério da Ciência e Tecnologia – MTC – Presidente.
Carlos Alberto Pittaluga Niederauer – representante do CNPq.
Débora de Mello Martins Teixeira – representante do Ministério dos Transportes – MT.
Contra-Almirante Walter Carrara Loureiro – representante do Comando da Marinha.
Alberto Dumont Pinto Ferreira – representante da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.
Floriano Martins Pires Júnior – representante da Comunidade Científica – COPPE/UFRJ.
Edson Martins Areias – representante do Setor Produtivo – CONTTMAF.
Cláudio Fernandes Décourt – representante do Setor Produtivo – SYNDARMA.

Membros Titulares do Comitê Gestor ausentes:

Michel Chebel Laback Júnior – representante da FINEP.
Contra-Almirante Eduardo Maculan Vicentini – representante do Ministério da Defesa – MD.
Célio Taniguchi - representante da Comunidade Científica – USP.

Equipe Técnica:

Aldo Pinheiro da Fonseca – MCT.
Pedro Gregório de Miranda Alves – secretário técnico – MCT.
Celso Trindade – secretário técnico – FINEP.

Convidados:

Rui Carlos Botter – Comunidade Científica – USP.
Roberto Tsustsui – Ministério da Defesa – MD.

Pauta

1. Instalação do Comitê Gestor do CT-TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO NAVAL
 - a. Portarias de Nomeação dos Membros – documento
 - Portaria MCT 137/2005
 - Portaria MCT 186/2005.
 - b. Apresentação dos Membros do Comitê Gestor
 - c. Legislação do Fundo – documento
 - Lei de Criação – Lei 10.893/2004.
 - Decreto de Regulamentação – Decreto 5.252/2004.
2. Novo Modelo de Gestão dos Fundos Setoriais - documento
 - a. Apresentação – Presidente do Comitê Gestor
3. Proposta de Regimento Interno – documento

4. Orçamento 2005 – documento
5. Planejamento das Ações 2005 – documento
6. Outros assuntos

Abertura

Eugenius Kaszkurewicz, presidente do Comitê Gestor, deu início à reunião agradecendo o comparecimento de todos os presentes. Procedeu, em seguida, à instalação do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Transporte Aquaviário e Construção Naval, o CT- TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO NAVAL, dando seqüência à leitura das portarias de nomeação de seus Membros. Solicitou, então, que estes efetuassem uma breve apresentação pessoal e das instituições que representam. Também se apresentaram os secretários e convidados.

O presidente também fez menção à lei de criação do CT- TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO NAVAL e ao decreto que a regulamenta (Lei 10.893/2004 e Decreto 5.252/2004), cujas cópias constavam do material previamente entregue aos presentes na reunião.

Novo Modelo de Gestão dos Fundos Setoriais

Dando seqüência à pauta, o presidente apresentou o conceito adotado pelo MCT a partir de 2004, o chamado Novo Modelo de Gestão dos Fundos Setoriais. Eugenius Kaszkurewicz fez uma apresentação em *Powerpoint* para elucidar este novo modelo, suas justificativas, uma visão geral da operação e da gestão dos Fundos Setoriais.

Nesta apresentação, o presidente expôs breve histórico da criação dos Fundos Setoriais, suas fontes de financiamento e a execução financeira nos últimos anos. Abordou os problemas referentes às administrações anteriores e que foram identificados no início da administração do Ministro Eduardo Campos. Esses problemas iam desde uma excessiva segmentação e dispersão de ações até a ausência de coordenação e falta de uniformidade nos prazos e procedimentos. Havia, também, uma baixa integração e falta de sintonia com as políticas de desenvolvimento nacional, assim como problemas de eficiência na aplicação dos recursos.

O Novo Modelo de Gestão iniciou-se com a ativação de um Comitê Coordenação formado pelos presidentes de todos os Comitês Gestores. Procedeu-se à introdução de um calendário unificado a todos os Fundos e à proposição de Ações Transversais, que são ações integradas, alinhadas com as prioridades do desenvolvimento nacional.

Valendo-se de um organograma, o presidente apresentou o funcionamento do processo de tomada de decisões no contexto dos Fundos Setoriais, no âmbito da organização do MCT. Também destacou o papel dos diversos atores deste processo: os Comitês Gestores, as Agências Reguladoras, os Ministérios afins, o setor empresarial e os centros de pesquisa, comunidade científica, as Agências FINEP e CNPq, dentre outros.

Ficou acordado que seria enviado, por correio eletrônico, aos membros do Comitê Gestor e aos demais presentes o arquivo com a apresentação em *Powerpoint* do presidente.

Proposta de Regimento Interno

Uma proposta de Regimento Interno do CT- TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO NAVAL foi entregue aos membros do Comitê Gestor para conhecimento, discussão e posterior colocação de sugestões, com vistas a aprovar uma redação consolidada na próxima reunião do Comitê Gestor.

Aldo Pinheiro da Fonseca, coordenador da Secretaria Técnica dos Fundos Setoriais, SETEF, teceu esclarecimentos a respeito da proposta de regimento interno do CT-TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO NAVAL. Afirmou que a proposta baseia-se nos regimentos de outros Fundos já implementados e consolidados. A aprovação do regimento interno é uma atribuição do Comitê Gestor.

O Regimento aborda as competências do Comitê Gestor. A composição dos Comitês Gestores é formada por representantes das áreas do governo afetos ao Fundo e, normalmente, de dois representantes da comunidade científica e dois representantes do setor produtivo. Os representantes da comunidade científica e do setor produtivo têm mandato de dois anos, sendo admissível uma recondução. Já os membros de governo não têm mandato fixo, são nomeados e substituídos por seus respectivos órgãos de forma discricionária.

O coordenador da SETEF informou que todo o apoio administrativo, logístico e técnico ao Comitê Gestor é dado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, mais especificamente pela SETEF.

Ficou acertado o envio, por meio eletrônico, da minuta do Regimento Interno para todos os presentes na reunião de modo que estes possam apresentar e enviar as sugestões pelo mesmo meio. As sugestões serão recolhidas pela SETEF, sob a responsabilidade do Secretário Técnico do CT-TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO NAVAL, Pedro Gregório de Miranda Alves, que deverá consolidar documentação a ser apreciada na próxima reunião do Comitê Gestor.

Em seguida, foi apresentado aos presentes o “Termo de Referência para os Membros do Comitê Gestor”, documento que faz parte do Novo Modelo de Gestão implementado a partir de 2004. Este Termo descreve os procedimentos e os mecanismos de interação dos membros do Comitê com instâncias das Agências e do MCT; a forma como essa interação se dá e como o processo decisório flui no âmbito dos Fundos Setoriais. Define mais detalhadamente as atribuições dos Comitês Gestores e especificamente as atribuições de cada membro desses Comitês.

Orçamento 2005

Foi distribuído documento com dois quadros de Resumo Orçamentário do CT- TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO NAVAL para 2005, com os números da Receita Prevista, da Reserva de Contingência, da Lei Orçamentária, ou Orçamento Autorizado, das Despesas Comprometidas para 2005 e do Saldo Disponível para Ações em 2005. (Vide Anexo 1).

Planejamento das Ações 2005

Outro documento com quadros de uma Proposta de Investimentos do CT- TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO NAVAL para 2005 foi distribuído. Propõe-se a aplicação de cerca de 30% do Orçamento Autorizado em Ações Transversais e os 70% restantes em Ações Verticais. O presidente chamou a atenção para a exigência legal de que 30% dos recursos do Fundo sejam, necessariamente, aplicados em projetos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, conforme determina o artigo 3º do Decreto 5.252/2004, que regulamenta a Lei 10.893/2004, de criação do Fundo.

O presidente salientou que a questão da distribuição de recursos em atendimento ao princípio legal dos 30% foi largamente discutida nas últimas reuniões do Comitê de Coordenação. Para esclarecimento, reiterou que os recursos têm que ser aplicados efetivamente em centros de pesquisas da região, não podendo ser encomendados projetos a centros ou instituições de fora da região que posteriormente repassariam os recursos.

As Ações Transversais que receberiam recursos do CT- TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO NAVAL fazem parte da Ação Estruturante “Objetivos Estratégicos Nacionais” - subdivisão de “C&T na Amazônia”. Um dos projetos específicos que receberia aporte de recursos do CT- TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO NAVAL seria o Programa Fronteiras, que trata de uma encomenda ao INPA (Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia), cujo Termo de Referência já está em elaboração junto à SETEF e o Ministério da Defesa e deverá ser apresentando e discutido na próxima reunião. O Programa de Recursos Humanos na Amazônia refere-se a um edital do CNPq, amplo em termos de abrangência, com a lógica de fixar, prioritariamente, doutores na região amazônica. (Vide Anexo 2).

O presidente solicitou a Carlos Pittaluga que discorresse sobre o Edital de Recursos Humanos para a Amazônia, a fim de explicar a lógica de aderência às fontes dos recursos aportados.

Carlos Pittaluga afirmou que o Edital 32/2005 do CNPq foi lançado no âmbito da Ação prioritária para a Amazônia, que é composta por 13 editais lançados pelo Ministro Eduardo Campos, no dia 13 de maio de 2005. O referido edital tem foco na formação e fixação de recursos humanos na região Amazônica, dando preferência para candidatos de alta capacitação que já atuem na região ou tenham interesse em ali se fixar. Necessariamente, os aspirantes devem estar inseridos em um projeto de pesquisa com características tecnológicas de inovação.

A seleção será efetuada por um comitê julgador formado por pesquisadores ou profissionais atuantes nos setores dos projetos propostos. Na seleção, o comitê julgador levará em conta qual Fundo está aportando recursos e cruzará essa demanda com os objetivos do edital.

Quanto à composição deste comitê julgador, o presidente do CNPq designa seus membros, por sugestão da comunidade acadêmica, do setor produtivo e por sugestão do Comitê Gestor ou dos Comitês Gestores dos Fundos participantes. Dependendo do foco do edital, o CNPq sugere alguns nomes ou grupo de profissionais em função das características da demanda, a partir de seu banco de consultores, bem como acata sugestões de outros setores.

Carlos Pittaluga esclareceu, também, que o CNPq opera com três rubricas, que são capital, custeio e bolsas. O edital em questão é prioritariamente de bolsas, de caráter mais tecnológico e de inovação, respeitadas as características da região amazônica.

Outros assuntos

O presidente abriu a palavra aos membros do Comitê Gestor para que pudessem efetuar comentários e sanar dúvidas em relação aos temas apresentados e assuntos concernentes ao CT-TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO NAVAL. Os membros que fizeram o uso da palavra enfatizaram a importância e relevância daquele momento, de instalação do Comitê Gestor do CT-TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO NAVAL, e externaram a satisfação de fazer parte desse processo, com a expectativa de que seus trabalhos tenham resultado positivo no incremento tecnológico e de inovação no setor da indústria naval e do transporte aquaviário.

Novamente tomando a palavra, o presidente chamou atenção para uma questão importante e de preocupação em relação ao CT-TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO NAVAL. A instalação do Comitê Gestor deu-se tardiamente no decurso deste ano, o que torna necessário que suas decisões e deliberações sejam rapidamente tomadas de modo que sua implementação seja viável ainda neste ano. O Comitê Gestor está premido pelos prazos e, assim, terá que buscar o objetivo de evitar uma (possível) frustração de se chegar ao final do ano sem lograr a execução dos recursos hoje disponíveis, o que certamente impactaria no contingenciamento dos recursos para o próximo ano.

Alberto Ferreira afirmou que há a necessidade de o Comitê Gestor tomar uma postura, talvez emergencial, de se estabelecer, nesta mesma reunião, um procedimento para que sejam apresentadas novas propostas e garantir a aplicação dos quase 3 milhões de reais que estão previstos.

Roberto Tsustsui sugeriu, a exemplo do ocorrido no CT-AERONÁUTICO no início do ano, que a SETEF ficasse responsável pela coleta dos Termos de Referência que, uma vez consolidados e formatados, sejam encaminhados a todos os membros do Comitê Gestor. No caso do CT-AERONÁUTICO, quando da reunião seguinte, já havia prévio conhecimento dos projetos apresentados por parte dos membros do Comitê Gestor e a deliberação foi desencadeada de forma muito prática e ágil.

Nesse contexto, o presidente sugeriu a implementação de um mecanismo que contemple a criação de uma lista de discussão via Internet, com participação de todos os membros. Esta lista de discussão seria instalada e gerida pela SETEF e teria o propósito de disponibilizar um meio para apresentação das propostas que, posteriormente, seriam apreciadas nas reuniões ordinárias. Também estaria disponibilizada neste meio toda a documentação concernente ao CT-TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO NAVAL, como Atas, Legislação, Regimento Interno, estudos, dentre outros, previamente aprovados pelo Comitê Gestor, além de documentos em fase de discussão e recebimento de sugestões *on-line*.

Com a finalidade de dar celeridade à tomada de decisão do Comitê Gestor, que enfrenta essa premência dos prazos, o presidente propôs que a próxima reunião seja mais extensa, com a duração de todo um dia, cuja pauta incluiria a aprovação do Regimento Interno. Sugeriu que a primeira metade do dia fosse destinada à discussão preliminar (não necessariamente definitiva) das diretrizes que deverão nortear a seleção de propostas na parte da tarde. Na segunda metade do dia, a discussão estaria centrada em torno da análise das propostas, já no contexto das diretrizes acordadas na primeira metade do dia.

Para o professor Floriano Júnior, a fixação das diretrizes do CT- TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO NAVAL deveria ocorrer após uma mais ampla participação da comunidade afeta à área, por meio de simpósios, *workshops*. Somente então, o Comitê Gestor deveria fixar as diretrizes gerais para os próximos anos. Mostrou preocupação com a possibilidade de que as diretrizes definidas pelos membros do Comitê Gestor venham de encontro com a tendência do que é esperado pelos usuários, pela comunidade científica, assim como pelo setor produtivo.

O presidente esclareceu que, emergencialmente, a idéia é mapear áreas consideradas importantes a fim de nortear a seleção de propostas. Seria uma definição das diretrizes que, uma vez estabelecidas, embasariam a seleção de propostas. Provavelmente seria um subconjunto das diretrizes gerais para os próximos anos, que serão objeto de uma discussão mais ampla. O motivo de se discutir primeiramente as diretrizes e, posteriormente, as propostas de projetos, deve-se, na verdade, à necessidade de adoção de um pragmatismo nos procedimentos decisórios do Comitê Gestor neste início dos trabalhos, com vistas a garantir a efetiva aplicação dos recursos disponíveis para o CT- TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO NAVAL ainda para 2005.

Propôs o presidente, ainda, a criação de uma subcomissão para organizar, junto à SETEF, o elenco das áreas prioritárias assim como as propostas a serem apresentadas na próxima reunião, de modo a agilizar seu andamento. Apresentaram-se para compor esta subcomissão, Floriano Júnior, Roberto Tsustsui, Cláudio Décourt, e Rui Botter.

A próxima reunião do Comitê Gestor ficou marcada para o dia 2 de agosto de 2005. Horário e local serão definidos e informados oportunamente aos membros do Comitê Gestor.

Antes de concluir a reunião, o presidente solicitou que o Comitê Gestor deliberasse, ainda nesta reunião de instalação, sobre a proposta de Ação Transversal de Recursos Humanos na Amazônia. Seriam aportados R\$ 500.000,00 (quinhentos mil Reais) ao Edital 32/2005 do CNPq, lançado em 13 de maio de 2005.

Débora Teixeira e Alberto Ferreira solicitaram esclarecimentos sobre o edital, quanto ao grau de aderência com o CT-TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO NAVAL, o que não estaria muito claro.

Edson Areias sugeriu que os membros tivessem mais tempo para estudar os termos do edital para que pudessem opinar na próxima reunião com mais critério, inclusive para aportar sugestões e contribuições.

Carlos Pittaluga esclareceu que o Edital 32/2005 é genérico até pela natureza das Ações Transversais, que englobam, no caso, o aporte de recursos do CT-PETRO, CT-AMAZÔNIA, CT-INFO e CT-TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO NAVAL.

Floriano Júnior lembrou que, caso o edital estivesse especificando que as bolsas a serem concedidas devessem ser direcionadas especificamente a engenheiros navais, por exemplo, ou a qualquer área afeta exclusivamente ao CT-TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO NAVAL, essa ação passaria a ser considerada uma Ação Vertical, ou seja, perderia a natureza de Ação Transversal. Por isso trata-se de um edital genérico.

Roberto Tsustsui pediu a palavra para chamar a atenção para o fato de que os recursos aplicados em recursos humanos têm sempre ganhos indiretos. Todo o ganho que advém da interação do doutor em um determinado meio, não necessariamente tem que estar na especialidade em que ele está se formando. O ganho está na capacidade de raciocinar e saber pesquisar. Argumentou que o ganho indireto seria muito maior que a própria especialização.

Alberto Ferreira propôs que, sempre que algum documento como esse, o edital do CNPq, sugerindo determinado projeto, determinado Termo de Referência, seja trazido ao Comitê Gestor para ser apreciado, que venha acompanhado de uma justificativa de um relator, que haja uma espécie de defesa e explicação acompanhada do documento específico.

Tal proposta foi acolhida pelo presidente. O motivo pelo qual esse edital específico do CNPq não seguiu esse procedimento deveu-se à situação emergencial para a definição dos projetos a terem recursos aportados ainda em 2005, em função da instalação tardia do Comitê Gestor. O presidente solicitou, então, que os membros do Comitê Gestor refletissem a respeito do edital sob a ótica das Ações Transversais, a fim de que a votação da matéria ocorresse na próxima reunião, em 2 de agosto de 2005.

Débora Teixeira chamou a atenção para a facilidade em se montar uma justificativa de que certo projeto seria afeto a determinado Fundo Setorial, a partir de critérios genéricos e universais. Ela pede que, portanto, o documento que justifique uma Ação Transversal com recursos do CT-TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO NAVAL traga de forma clara e objetiva o benefício que os setores de transporte aquaviário e de construção naval receberiam.

Aldo Pinheiro da Fonseca forneceu esclarecimentos a respeito das Ações Transversais, que surgiram para sanar uma série de deficiências identificadas nos primeiros anos de operação dos Fundos Setoriais, que foram a pulverização, falta de foco, ausência de uma política mais direcionada para alguns projetos prioritários. Na política do MCT, foram lançados alguns editais e foi proposto a todos os Comitês Gestores uma participação de cerca de 50% dos recursos disponíveis para novas ações. Dado que o CT-TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO NAVAL ainda não estava constituído, a participação solicitada foi bem menor que aquela de outros Fundos, ou seja, cerca de 30%.

O coordenador da SETEF ressaltou o compromisso, expresso pelo Secretário Executivo do MCT e pelo próprio Ministro Eduardo Campos, de que os recursos de determinado Fundo Setorial somente serão aplicados em ações e projetos que tenham algum grau de aderência ao escopo do Fundo, até por uma questão legal. Não se pretende proceder a qualquer aplicação de recursos do CT-TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO NAVAL em projetos totalmente sem aderência e fora dos objetivos do Fundo. Reafirmou, ainda, que não serão aplicados recursos do Fundo sem prévia anuência do Comitê Gestor.

No tocante ao Edital 32/2005 do CNPq, o coordenador da SETEF afirmou que, caso não haja projeto que tenha alguma aderência ao CT-TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO NAVAL, os recursos do Fundo não serão utilizados neste Programa. Para isso há mecanismos de alocação adotados pelas Agências pelos quais pode-se buscar outras fontes de recursos dos Fundos para cobrir aquelas ações. O Comitê Gestor vai receber, como todos os demais Comitês Gestores, a informação detalhada de como os recursos foram aplicados, quais os projetos escolhidos, qual a área, com detalhamento suficiente para que seus membros acompanhem e verifiquem se realmente a aplicação dos recursos está condizente com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Gestor.

Débora Teixeira demonstrou sua preocupação em que se encontrasse um mecanismo para que a matéria seja apreciada antes da próxima reunião, face à notória necessidade de dar celeridade às decisões do Comitê Gestor nesse início de trabalhos. Questionou sobre a possibilidade de que a explanação do coordenador da SETEF fosse anexada ao edital e que os membros do Comitê Gestor pudessem decidir sobre o mesmo por e-mail, em uma data prévia à próxima reunião, a ser definida.

Rui Botter enfatizou que não haveria problema algum em se aprovar o edital em discussão, dada a grande possibilidade de a região amazônica apresentar projetos com aderência ao escopo do CT-TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO NAVAL.

Alberto Ferreira também afirmou acreditar ser quase impossível que não haja projetos com aderência ao escopo do CT-TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO NAVAL, devido às peculiaridades da região e sua estreita relação com os setores aquaviário e de construção naval.

Tomando a palavra, Roberto Tsustsui sugeriu ao presidente do Comitê que se passasse, então, a uma deliberação sobre a proposta de Ação Transversal do Edital 32/2005 do CNPq, já que, segundo ele, chegar-se a um consenso seria muito difícil. Sugeriu que se votasse e que se fizesse constar em ata sua aprovação ou desaprovação, com os respectivos posicionamentos dos membros sobre a matéria.

Acatada a sugestão pelo presidente, este colocou a proposta em votação.

Votaram a favor:

1. Contra-Almirante Walter Carrara, do Comando da Marinha;
2. Floriano Júnior, da Comunidade Científica;

Votaram a favor, com a condição de constarem em ata as explicações dadas pelo coordenador da SETEF:

1. Débora Teixeira, do MT;
2. Cláudio Décourt, do Setor Produtivo;
3. Alberto Ferreira, da ANTAQ.

Abstiveram-se:

1. Edson Areias, do Setor Produtivo, por não ter tido acesso prévio aos termos do edital;
2. Carlos Pittaluga, do CNPq, por representar a Agência que lançou o edital.

A título de informação, posicionaram-se a favor, embora sem direito a voto:

1. Celso Trindade, da FINEP;
2. Roberto Tsustsui, do MD;
3. Rui Botter, da USP.

Por fim, o presidente considerou aprovado pelo Comitê Gestor, nas condições expressas pelo coordenador da SETEF registradas nesta ata, o aporte de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil Reais) de recursos oriundos do CT-TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO NAVAL para o Projeto Recursos Humanos para a Amazônia, pelo instrumento Edital 32/2005, do CNPq.

Assinaturas

Alberto Dumont Ferreira

Carlos Alberto Pittaluga Niederauer

Cláudio Fernandes Décourt

Débora de Mello Martins Teixeira

Edson Martins Areias

Eugenius Kaszkurewicz

Floriano Martins Pires Júnior

Walter Carrara Loureiro